

## Sumário

APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO DE DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR.....	17
APRESENTAÇÃO DA OBRA .....	21

ASPECTOS FILOSÓFICOS E HISTÓRICOS DA NORMATIVIDADE JURÍDICA DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E O PROTAGONISMO DO CONSENTIMENTO INDIVIDUAL .....	27
--	----

*Silvio Gabriel Serrano Nunes*

*Antonio Carlos Alves Pinto Serrano*

1. Introdução .....	27
2. Questões filosóficas contemporâneas sobre dados pessoais .....	33
3. “The right to privacy” – <i>Harvard Law Review</i> – Samuel Warren e Louis Bradeis (1890).....	36
4. Assimetria de poder informacional .....	39
5. As quatro gerações de leis de proteção de dados e a intensidade do protagonismo do consentimento no conteúdo das normas jurídicas...42	
6. Conclusão.....	48
7. Referências bibliográficas.....	49

AUTORIDADES DE PROTEÇÃO DE DADOS: REGULAÇÃO OU GARANTIA? .....	53
--	----

*Danielly Cristina Araújo Gontijo*

*Raphael Rodrigues Valença de Oliveira*

Introdução .....	53
1. Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD e sua natureza jurídica. Da administração direta à indireta. Repercussões jurídicas..55	
2. Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD: autoridade de regulação ou autoridade de garantia? Fundamentação jurídica .....	57
3. Conclusão.....	68

4. Referências bibliográficas.....	70
------------------------------------	----

AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E SEU PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR.....	73
--	----

*Greycielle Amaral*

*Renata Costa Rainho*

1. Introdução .....	74
2. Da Resolução CD/ANPD nº 01/2022 .....	75
2.1. Procedimento de fiscalização da ANPD .....	80
2.2. Da atividade de monitoramento no procedimento de fiscalização .....	82
2.3. Da atividade de orientação no procedimento de fiscalização .....	85
2.4. Da atividade preventiva no procedimento de fiscalização.....	86
3. Procedimento administrativo sancionador da ANPD .....	88
4. Conclusão.....	95
5. Referências bibliográficas.....	95

DEVERES FUNDAMENTAIS DE RESPONSÁVEL E RESPONSABILIZÁVEL PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E PESSOAIS SENSÍVEIS NO ESTADO CONSTITUCIONAL SOB UMA CORRESPONDENTE PERSPECTIVA OBJETIVA .....	97
---	----

*Phillip Gil França*

1. Introdução .....	97
2. Direito fundamental à informação .....	98
3. Estado constitucional e a IA.....	99
4. Gestão responsável da informação.....	101
5. Proteção de dados e responsabilidade objetiva.....	105
6. Conclusão.....	111
7. Referências bibliográficas.....	111

OS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E DA TIPICIDADE COMO  
APLICÁVEIS ÀS INFRAÇÕES E ÀS SANÇÕES  
ADMINISTRATIVAS NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO DE DADOS  
PESSOAIS NO BRASIL ..... 115

*Daniel Ferreira*

1. Introdução .....	115
2. Panorama das infrações e das sanções administrativas.....	117
3. Voluntariedade como requisito mínimo para incursão de alguém em infração administrativa.....	120
4. Segurança jurídica, infrações e sanções administrativas .....	123
5. Princípios da Legalidade e da Tipicidade no Direito Administrativo Sancionador.....	126
6. Tipicidade e a (Lei Geral de) Proteção de Dados Pessoais no Brasil .....	136
7. Conclusão.....	155
8. Referências bibliográficas.....	156

O DIREITO DE DEFESA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO  
SANCIONADOR DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS 159

*Vladimir da Rocha França*

1. Introdução .....	159
2. Sobre o direito de defesa no processo administrativo sancionador .....	161
3. Os modelos jurídicos sancionadores da Lei Geral de Proteção de Dados .....	164
4. O direito de defesa no modelo jurídico sancionador administrativo da Lei Geral de Proteção de Dados .....	168
5. Conclusão.....	176
6. Referências bibliográficas.....	176

DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR,  
PROPORCIONALIDADE E A GARANTIA FUNDAMENTAL DA  
INDIVIDUALIZAÇÃO DA SANÇÃO NA APLICAÇÃO DA LGPD  
.....183

*José Roberto Pimenta Oliveira*

*Bruna Borghetti Câmara Ferreira Rosa*

1. Introdução .....	184
2. Direito Administrativo Sancionador: delimitação e estruturação em torno da construção de sistemas de responsabilização.....	186
3. Regime jurídico-administrativo e suas balizas constitucionais....	197
4. A base principiológica da individualização: a submissão do DAS ao postulado da proporcionalidade e da razoabilidade .....	203
5. Individualização e critérios normativos de dosimetria das sanções no DAS.....	211
6. Sistema de responsabilização administrativa na LGPD e individualização de sanções administrativas.....	227
6.1 Conformação regulamentar do sistema de responsabilização, ao nível da atividade regulatória da ANPD .....	234
7. Conclusão .....	247
8. Referências bibliográficas.....	249

A CAUTELARIDADE ADMINISTRATIVA PREVISTA NA LGPD  
(LEI Nº 13.709/2018).....257

*Flávio Garcia Cabral*

1. Introdução .....	257
2. Medidas cautelares administrativas .....	258
3. Medidas cautelares administrativas na lgpd: o afastamento preventivo.....	260
4. Há outras medidas cautelares administrativas na LGPD? .....	270
4.1 Medidas Preventivas na Regulamentação da LGPD.....	275
5. Aplicabilidade do poder geral de cautela administrativa na LGPD .....	278
6. Conclusão.....	281

7. Referências bibliográficas.....	282
------------------------------------	-----

ACORDO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR DA ANPD.....	285
--	-----

*Bruna Souza da Rocha*

1. Introdução .....	285
2. Aspectos principais da LGPD.....	287
3. Acordos substitutivos: termo de ajustamento de conduta (TAC) .	292
4. Celebração de termo de ajustamento de conduta (TAC) no processo administrativo sancionador da ANPD.....	297
5. Conclusão.....	306
6. Referências bibliográficas.....	307

A APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS AO PODER PÚBLICO PELA ANPD.....	309
--	-----

*Raphael de Matos Cardoso*

1. Introdução .....	309
2. A evolução do direito administrativo.....	310
2.1. Interesse público: supremacia e indisponibilidade.....	317
2.2 Discricionariedade .....	322
2.3 Legalidade.....	325
3. Infração administrativa e sanção administrativa.....	330
3.1 O poder público como sujeito passivo da infração administrativa .....	333
4. As sanções administrativas previstas na LGPD.....	336
4.1. Aplicação e alcance das sanções: o Regulamento de Dosimetria da ANPD .....	338
5. Conclusão.....	344
6. Referências bibliográficas.....	345

A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E O  
ACESSO À INFORMAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:  
PROTEÇÃO E TRANSPARÊNCIA .....349

*Cristina Barbosa Rodrigues*

*Flávia Cammarosano*

1. Introdução .....	349
2. O acesso à informação e a proteção dos dados pessoais: um dilema para o poder público.....	350
3. Aspectos da Lei Geral de Proteção de Dados no Brasil.....	355
4. Aspectos do tratamento de dados pessoais pelo poder público ....	363
4.1. Tratamento de dados pessoais não sensíveis.....	367
4.2. Tratamento de dados pessoais sensíveis .....	370
4.3. Especificidades para o tratamento de dados de crianças e adolescentes .....	372
4.4. A Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD.....	373
4.5. As sanções.....	375
5. Conclusão.....	377
6. Referências.....	379